



Indicadores Fiscais

Informações até junho de 2016



Série Perguntas Mais Frequentes



Série “Perguntas Mais Frequentes”

Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços no Brasil
3. Comitê de Política Monetária - Copom
- 4. Indicadores Fiscais**
5. Preços Administrados
6. Títulos Públicos e Gestão da Dívida Mobiliária
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB
8. Contas Externas
9. Risco-País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil
12. Depósitos Compulsórios
13. Sistema Expectativas de Mercado

Diretor de Política Econômica

Carlos Viana de Carvalho

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques
Carolina Freitas Pereira Mayrink
Henrique de Godoy Moreira e Costa
Luciana Valle Rosa Roppa
Luiza Betina Petroll Rodrigues
Manuela Moreira de Souza
Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez
Márcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Criação e editoração

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos
Especiais (Gerin)
Brasília, DF

Indicadores Fiscais¹

Este texto integra a série Perguntas Mais Frequentes (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil (BCB), que aborda temas econômicos de interesse de investidores e do público em geral.

Com essa iniciativa, o BCB vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos, buscando reforçar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

¹ O Gerin agradece a colaboração do Departamento Econômico, fundamental para a edição deste material.

Sumário

Visão Geral	5
1. O que são indicadores fiscais?	5
2. Quem produz os indicadores fiscais no Brasil?	5
Resultados Fiscais	6
3. Como se definem os resultados nominal, operacional e primário do Setor Público?	6
4. Qual a abrangência de setor público para efeitos de cálculo do resultado fiscal?	7
5. Como são apurados os resultados fiscais? Qual a diferença entre os resultados primários “acima da linha” e “abaixo da linha”?	7
6. Qual a diferença entre os regimes de caixa e de competência?.....	8
7. Qual foi o Resultado Primário em 2015?.....	8
8. Qual o impacto do equacionamento de passivos sobre o resultado primário em 2015?	10
9. Qual foi o resultado fiscal por esfera de governo em 2015?	11
Dívida Pública	13
10. Quais são as principais fontes de financiamento do setor público?.....	13
11. O que é a Dívida Bruta do Governo Geral e qual seu montante?	14
12. O que é a Dívida Líquida do Governo Geral?	15
13. Que ativos estão incluídos entre os Créditos do Governo Geral?.....	15
14. O que é a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado?	16
15. Como a relação DLSP/PIB se comportou recentemente?	17
16. O que é a Dívida Fiscal Líquida?.....	18
17. O que é a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e qual a sua composição por emissor?	19
18. Qual a composição da DPMFi por indexador?	19
19. Qual o significado da taxa implícita?	20
Mais Informações sobre Indicadores Fiscais.....	21
20. Como posso saber mais sobre indicadores fiscais?	21



Indicadores Fiscais

Visão Geral

1. O que são indicadores fiscais?

Indicadores fiscais são medidas de evolução das finanças do setor público que permitem avaliar o desempenho fiscal de um país ao longo do tempo. Incluem indicadores de fluxos (receitas, despesas e necessidades de financiamento) e de estoques (endividamento e créditos). Os resultados fiscais (diferença entre receitas e despesas), ou necessidades de financiamento, são geralmente calculados pelos conceitos nominal, operacional e primário.

2. Quem produz os indicadores fiscais no Brasil?

No Brasil, os principais indicadores fiscais de acompanhamento conjuntural são produzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo BCB.

A STN apura o resultado do Governo Central seguindo a metodologia “acima da linha”, sendo também responsável por consolidar e divulgar informações fiscais dos governos regionais.

O BCB, por sua vez, calcula estatísticas fiscais para o setor público consolidado, incluindo a dívida líquida e as necessidades de financiamento, essas últimas calculadas pela metodologia “abaixo da linha” (veja Pergunta 5).

Resultados Fiscais

3. Como se definem os resultados nominal, operacional e primário do Setor Público?

O resultado nominal é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP).

O resultado operacional corresponde ao resultado nominal excluía a parcela referente à atualização monetária da dívida líquida. O conceito de resultado operacional é relevante em países de inflação alta, uma vez que exclui o impacto da inflação sobre a NFSP. A função da atualização monetária é simplesmente repor a parcela do estoque da dívida corroída pela variação dos preços. Em países com baixa inflação, onde o fator correção monetária é pouco expressivo, o conceito de resultado operacional perde relevância e tende a ser próximo do resultado nominal².

O resultado primário corresponde ao resultado nominal excluía a parcela referente aos juros nominais (juros reais mais atualização monetária) incidentes sobre a dívida líquida. O resultado primário, uma vez que não considera a apropriação de juros sobre a dívida existente, evidencia o esforço fiscal do setor público livre da “carga” dos *deficits* incorridos no passado, já que as despesas líquidas com juros (também chamada carga de juros) dependem do estoque total da dívida pública e das taxas de juros que incidem sobre esse estoque. Se o setor público gasta menos do que arrecada, desconsiderando a apropriação de juros sobre a dívida existente, há *superavit* primário (Figura 1).

Figura 1 – Resultados Nominal, Operacional e Primário, e Juros Nominais

Resultado Nominal = Variação da dívida fiscal líquida
Resultado Operacional = Resultado Nominal - Atualização Monetária
Resultado Primário = Resultado Nominal - Juros Nominais = Resultado Operacional - Juros Reais
Juros Nominais = Juros Reais + Atualização Monetária

Fonte: BCB.

² As estatísticas de necessidades de financiamento no conceito operacional foram encerradas em dezembro de 2009, tendo em vista a perda de relevância do indicador em ambiente de maior estabilidade de preços.

4. Qual a abrangência de setor público para efeitos de cálculo do resultado fiscal?

O conceito de setor público considerado para efeitos de mensuração do resultado fiscal é o setor público não-financeiro mais o Banco Central do Brasil (BCB). O setor público não-financeiro, por sua vez, é composto pelo governo federal, governos estaduais, governos municipais, empresas estatais federais, estaduais e municipais e o INSS.

O setor público é usualmente dividido em três grandes grupos:

- Governo Central – definido como a soma das contabilizações das administrações federais (aqui representadas pelo resultado do Tesouro Nacional), do BCB e do sistema público de previdência para o setor privado (INSS). O resultado do Tesouro Nacional também engloba o resultado da previdência dos servidores públicos federais;
- Governos regionais – são consideradas as contabilizações das administrações estaduais e municipais;
- Empresas estatais – são considerados os resultados de empresas estatais nos três níveis de governo³.

5. Como são apurados os resultados fiscais? Qual a diferença entre os resultados primários “acima da linha” e “abaixo da linha”?

Os resultados fiscais podem ser apurados de duas formas:

- “acima da linha”, que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público; e
- “abaixo da linha”, que corresponde à variação da dívida líquida total, interna e externa.

Em outras palavras, o método “acima da linha” apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos, o que permite melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e despesas.

Já o segundo método, que parte dos saldos de dívida pública para obter as necessidades de financiamento, permite destacar as fontes de financiamento do setor público. Pelo método “abaixo da linha”, o resultado nominal equivale à variação total da dívida fiscal líquida no período. No caso do resultado primário, corresponde à variação da dívida fiscal líquida, excluídos os encargos financeiros líquidos.

As necessidades de financiamento, portanto, são uma medida do fluxo de recursos requerido para o setor público fazer frente aos seus dispêndios em determinado período. Já a dívida líquida

³ A partir de maio de 2009, as estatísticas de dívida líquida e necessidades de financiamento do setor público passaram a excluir de sua abrangência as empresas do Grupo Petrobras, de forma compatível com o Decreto nº 6.867, de 29.5.2009, que trata da programação financeira e das metas fiscais no âmbito do Governo Federal. E, a partir de outubro de 2010, as estatísticas passaram a excluir também as empresas do Grupo Eletrobras, de acordo com o Decreto nº 7.368, de 26.11.2010. Para tornar possível a comparação dos resultados com períodos anteriores, o cálculo dos indicadores fiscais sem as duas empresas retroagiu a dezembro de 2001.

inclui, até o período considerado, o estoque de endividamento gerado pela apropriação da poupança dos demais setores da economia, bem como o estoque de ativos financeiros do próprio setor público.

6. Qual a diferença entre os regimes de caixa e de competência?

As receitas e despesas fiscais podem ser contabilizadas pelo regime de caixa ou de competência. Pelo regime de caixa, são computadas no período (p.ex. mês) do efetivo recebimento/desembolso de recursos; no regime de competência, no período do fato gerador da receita/despesa. Por exemplo, despesas referentes a novembro de 2015 e pagas em dezembro sensibilizam as estatísticas de gastos em novembro, se apuradas pelo regime de competência, ou em dezembro, se apuradas pelo regime de caixa.

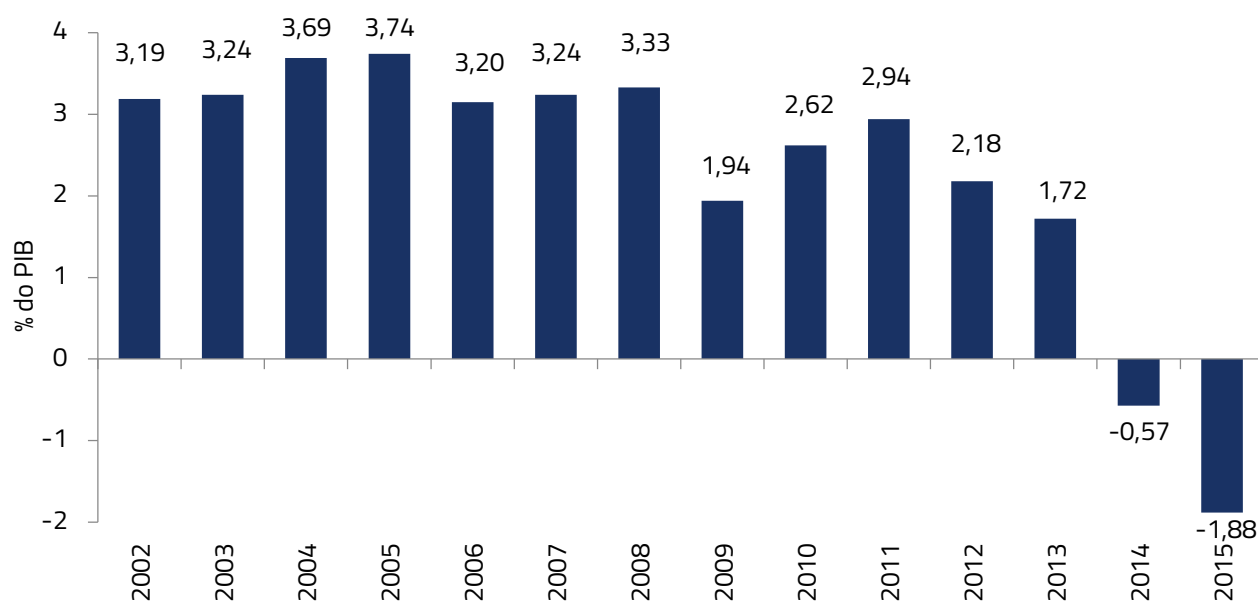
O resultado primário divulgado pelo BCB é contabilizado pelo regime de caixa. Já as despesas financeiras líquidas (juros nominais) são apuradas pelo regime de competência; com isso, as NFSP no conceito nominal, formadas pela soma do resultado primário e dos juros nominais, são computadas de forma híbrida.

7. Qual foi o Resultado Primário em 2015?

O setor público registrou *deficit* primário de R\$111,2 bilhões (1,88% do PIB)⁴ em 2015. O acumulado em 12 meses até junho de 2016 somou *deficit* de R\$151,2 bilhões (2,51% do PIB). Para 2016, a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê *deficit* primário para o setor público consolidado de R\$163,9 bilhões. O Gráfico 1 apresenta o resultado primário do setor público consolidado desde 2002.

⁴ Nota para a Imprensa - Política Fiscal, Q III ou SGS 5078 e 5793 (todas as referências 'SGS' dizem respeito aos códigos de busca no [link de séries temporais](#)).

Gráfico 1 – Resultado Primário do Setor Público



Fonte: BCB

O total de juros nominais⁵ incidentes sobre a dívida líquida apropriados em 2015 somou R\$501,8 bilhões (8,50% do PIB). O acumulado em 12 meses até junho de 2016 somou R\$449,2 bilhões (7,45% do PIB). As necessidades de financiamento do setor público⁶, ou resultado nominal, por sua vez, totalizaram R\$613,0 bilhões (10,38% do PIB) em 2015. O acumulado em 12 meses até junho de 2016 somou R\$600,5 bilhões (9,96% do PIB). O Gráfico 2 e a Tabela 1 apresentam a evolução das necessidades de financiamento do setor público consolidado, dos juros nominais apropriados e do resultado primário desde 2003.

⁵ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5045 e 5760.

⁶ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5012 e 5727.

Gráfico 2 – Resultado Primário, Resultado Nominal e Juros Nominais – Fluxos Acumulados em 12 meses (até jun/16)

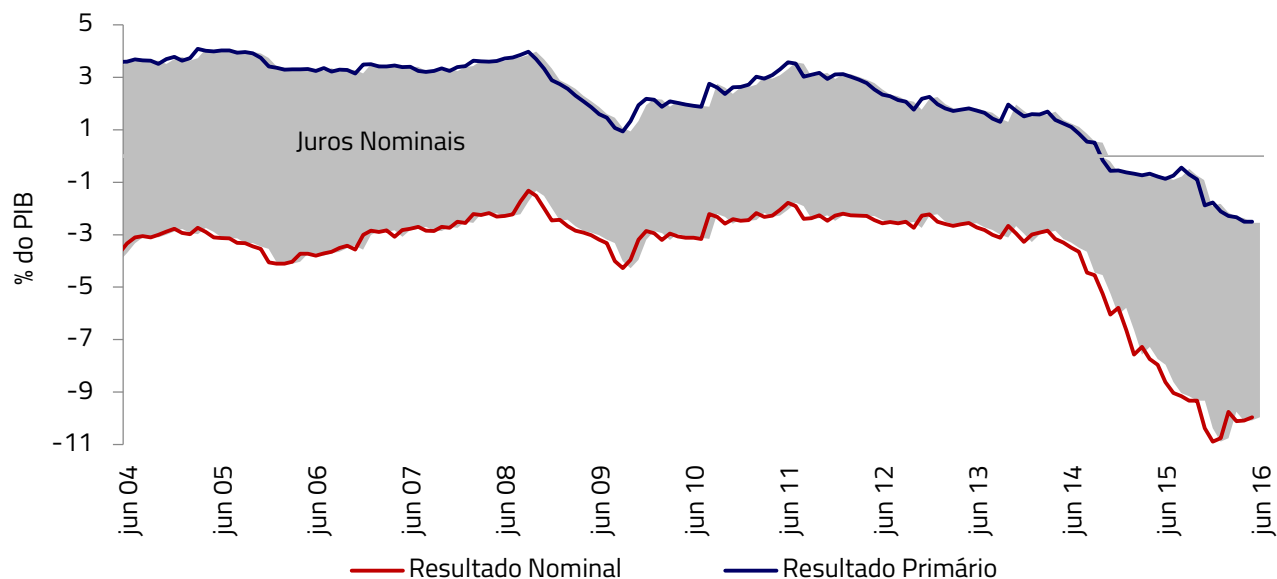


Tabela 1 – Resultado Primário, Juros Nominais e NFSP – (% do PIB)

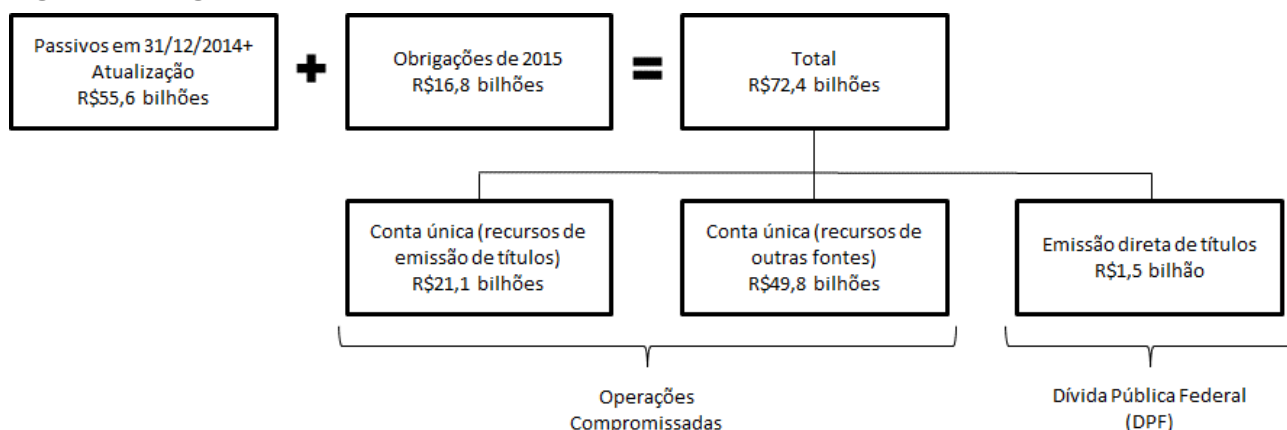
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Primário	3,69	3,74	3,15	3,24	3,33	1,94	2,62	2,94	2,18	1,72	-0,57	-1,88
(+) Juros Nominais	6,56	7,28	6,72	5,98	5,32	5,13	5,03	5,41	4,45	4,68	5,48	8,50
=NFSP	2,88	3,54	3,57	2,74	1,99	3,19	2,41	2,47	2,27	2,96	6,05	10,38

Fonte: BCB

8. Qual o impacto do equacionamento de passivos sobre o resultado primário em 2015?

A União realizou em 2015 o pagamento de R\$72,4 bilhões ao Banco do Brasil (BB), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), à Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Caixa Econômica Federal (CEF), com impacto no resultado primário do período. Desse total, R\$55,6 bilhões referiam-se a débitos de períodos anteriores, pagos em conformidade com determinações do Tribunal de Contas da União. A fonte de recursos pode ser vista na Figura 2 abaixo.

Figura 2 – Pagamento e Fonte de Recursos – Equacionamento de Passivos



Fonte: STN

O BCB divulgou⁷, na Nota para a Imprensa de Política Fiscal de janeiro de 2016, com dados referentes a dezembro de 2015, a evolução mensal, de forma individualizada, dos estoques dos referidos passivos, bem como os impactos mensais que esses montantes teriam tido no estoque da DLSP e nos resultados fiscais primário e nominal dos períodos anteriores (Quadros 43 a 45 da Nota para a Imprensa de Política Fiscal).

As estatísticas fiscais divulgadas pelo BCB passaram a incorporar desde dezembro de 2015 os estoques descritos acima, com os devidos impactos nos resultados fiscais, tendo como base os registros mensais efetuados na contabilidade das entidades credoras (BB, CEF, Finame e FGTS), que seguem o critério de competência. Até novembro de 2015, o padrão metodológico adotado nas estatísticas fiscais divulgadas pelo BCB captava os impactos dessas obrigações por ocasião dos pagamentos efetuados pelo Tesouro Nacional, a partir da redução de suas disponibilidades de caixa (Conta Única).

Maiores detalhes podem ser encontrados no [Resultado do Tesouro Nacional de dezembro de 2015](#).

9. Qual foi o resultado fiscal por esfera de governo em 2015?

Conforme destacado na Pergunta 3, o resultado fiscal é apurado considerando-se o setor público não-financeiro mais o BCB. O setor público não-financeiro, por sua vez, é composto pelos governos federal, estaduais, municipais, pelas empresas estatais federais, estaduais e municipais e pelo INSS⁸.

A Tabela 2 e o Gráfico 3 apresentam o resultado primário desagregado por esfera de governo, mostrando o montante do esforço fiscal realizado pelo governo central⁹ (governo federal¹⁰,

⁷ NI Política Fiscal jan/2016, XLIII a XLV.

⁸ Conforme destacado na Nota 2, a Petrobras e a Eletrobras são excluídas do conceito de setor público nas estatísticas fiscais.

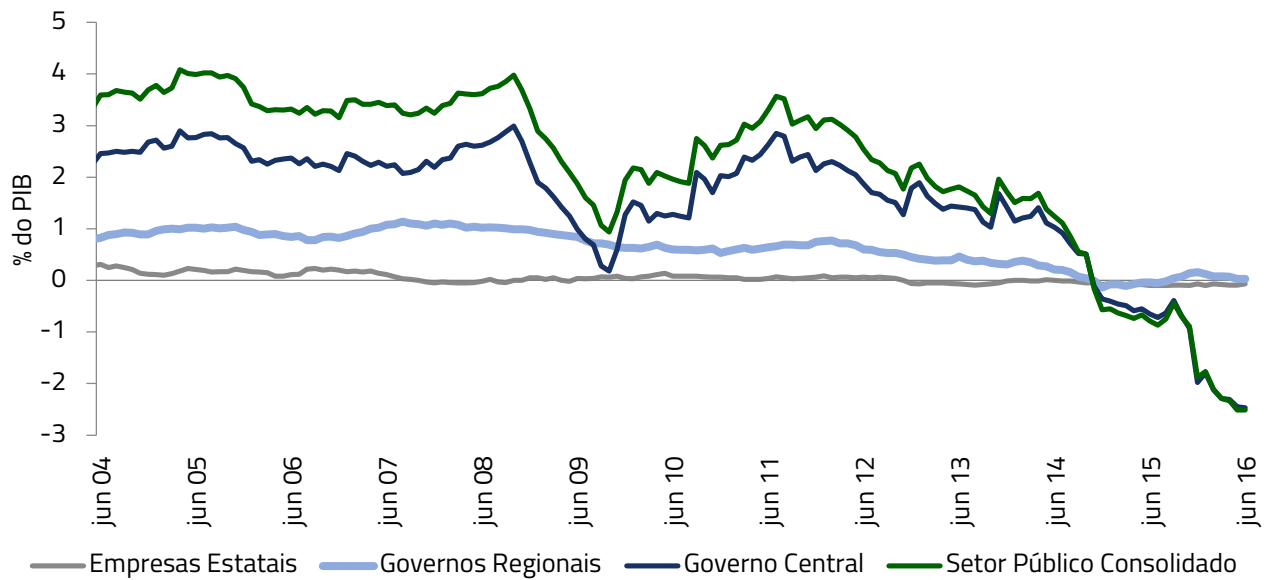
⁹ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5002, 5717, 5035, 5750, 5068 e 5783.

¹⁰ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5003, 5718, 5036, 5751, 5069 e 5784.

Banco Central¹¹ e INSS¹²), pelos governos regionais¹³ (estaduais¹⁴ e municipais¹⁵) e pelas empresas estatais¹⁶ (exclusive Grupos Petrobras e Eletrobras).

Gráfico 3 – Resultado Primário do Setor Público – Por Esfera de Governo – Fluxos

Acumulados em 12 meses (até jun/16)



Fonte: BCB

¹¹ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5004, 5719, 5037, 5752, 5070 e 5785.

¹² NI Política Fiscal, Q III.

¹³ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5005, 5720, 5038, 5753, 5071 e 5786.

¹⁴ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5006, 5721, 5039, 5754, 5072 e 5787.

¹⁵ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5007, 5722, 5040, 5755, 5073 e 5788.

¹⁶ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5008, 5723, 5041, 5756, 5074 e 5789.

Tabela 2 – NFSP por Esfera do Governo (valores correntes)

	2014		2015	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Nominal	343.916	6,05	613.035	10,38
Governo Central	271.542	4,77	513.896	8,70
Governo Federal ¹⁷	294.216	5,17	544.184	9,22
BCB	-22.675	-0,40	-30.288	-0,51
Governos Regionais	64.695	1,14	89.090	1,51
Governos Estaduais	59.714	1,05	73.260	1,24
Governos Municipais	4.982	0,09	15.830	0,27
Empresas Estatais	7.679	0,14	10.048	0,17
Juros Nominais	311.380	5,48	501.786	8,50
Governo Central	251.070	4,41	397.240	6,73
Governo Federal ¹⁷	273.860	4,82	428.228	7,25
BCB	-22.789	-0,40	-30.987	-0,52
Governos Regionais	56.905	1,00	98.775	1,67
Governos Estaduais	46.468	0,82	82.335	1,39
Governos Municipais	10.437	0,18	16.439	0,28
Empresas Estatais	3.405	0,06	5.771	0,10
Primário	32.536	0,57	111.249	1,88
Governo Central	20.472	0,36	116.656	1,98
Governo Federal [1]	20.357	0,36	115.956	1,96
BCB	115	0,00	699	0,01
Governos Regionais	7.790	0,14	-9.684	-0,16
Governos Estaduais	13.246	0,23	-9.075	-0,15
Governos Municipais	-5.455	-0,10	-609	-0,01
Empresas Estatais	4.274	0,08	4.278	0,07
PIB	5.687.309	100,00	5.904.331	100,00

Fonte: BCB. [1] inclui INSS.

Dívida Pública

10. Quais são as principais fontes de financiamento do setor público?

Historicamente, o setor público brasileiro apresenta necessidades de financiamento positivas (*deficits* nominais). O setor público pode financiar-se domesticamente ou externamente, seja por meio de elevação de passivos (p.ex. dívida mobiliária e dívida bancária), seja pela redução de seus ativos (p.ex. redução das disponibilidades da Conta Única).

Em 2015, fontes domésticas financiaram 100% das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP). A Tabela 3 apresenta o quadro de Usos e Fontes do Setor Público Consolidado para 2014 e 2015¹⁷.

¹⁷ NI Política Fiscal, Q XXVIII ou Séries Especiais – NFSP – Usos e Fontes.

Tabela 3 – Usos e Fontes – Setor Público Consolidado – Fluxos Acumulados no Ano

	2014		2015	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos (= NFSP)	343.916	6,05	613.035	10,38
Primário	32.536	0,57	111.249	1,88
Juros Internos	310.550	5,46	499.619	8,46
Juros Reais	220.705	3,88	210.926	3,57
Atualização Monetária	89.845	1,58	288.694	4,89
Juros Externos	831	0,01	2.167	0,04
Fontes	343.916	6,05	613.035	10,38
Financiamento Interno	334.882	5,89	631.515	10,70
Dívida Mobiliária	434.291	7,64	559.132	9,47
Dívida Bancária	-118.707	-2,09	74.358	1,26
Demais	19.298	0,34	-1.974	-0,03
Financiamento Externo	9.034	0,16	-18.480	-0,31
PIB anual	5.687.309	100,0	5.904.331	100,0

Fonte: BCB. (+) deficit / (-) superavit

11. O que é a Dívida Bruta do Governo Geral e qual seu montante?

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)¹⁸, indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange, em linhas gerais, o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal (incluindo INSS), estaduais e municipais, junto ao setor privado (títulos públicos), ao setor financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado¹⁹. Em dezembro de 2015, a DBGG totalizou R\$3.927,5 bilhões, equivalente a 66,5% do PIB (Tabela 5). Em junho de 2016, a DBGG totalizava R\$4.130,8 bilhões, equivalente a 68,5% do PIB.

Tabela 4 – Dívida Bruta do Governo Geral – Interna e externa

	2014		2015	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Interna	3.063	53,9	3.665	62,1
Dívida Externa	189	3,3	262	4,4
Dívida Bruta do Governo Geral	3.252	57,2	3.928	66,5

Fonte: BCB

¹⁸ NI Política Fiscal, Q XIX ou SGS 13761 e 13762.

¹⁹ Operações compromissadas são operações de compra (com compromisso de revenda) e/ou venda (com compromisso de recompra) de títulos públicos em mercado que o Banco Central realiza para controlar a liquidez da economia. São realizadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, tendo em vista que o Banco Central, obedecendo a dispositivo da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não pode emitir títulos.

12. O que é a Dívida Líquida do Governo Geral?

A Dívida Líquida do Governo Geral²⁰ é o balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal (inclusive INSS), estaduais e municipais. A diferença entre os dois conceitos (Dívida Bruta e Líquida do Governo Geral) é dada pelos Créditos do Governo Geral, o saldo dos Títulos livres na Carteira do BCB e o saldo de equalização cambial (resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais). Em dezembro de 2015, a Dívida Líquida totalizava R\$2.272,2 bilhões, equivalente a 38,5% do PIB (Tabela 5). Em junho de 2016, a Dívida Líquida totalizava R\$2.627,1 bilhões, equivalente a 43,6% do PIB.

Tabela 5 – Dívida Bruta e Dívida Líquida do Governo Geral

	2014		2015	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Bruta do Governo Geral	3.252	57,2	3.927	66,5
(+) Créditos do Governo Geral	-1.580	-27,80	-1.917	-32,50
(+) Títulos Livres na Carteira do BCB	308	5,4	373	6,3
(+) Equalização Cambial	-65	-1,10	-110	-1,90
Dívida Líquida do Governo Geral	1.916	33,7	2.272	38,5

Fonte: BCB

13. Que ativos estão incluídos entre os Créditos do Governo Geral?

Os Créditos do Governo Geral²¹ incluem ativos com diferentes graus de liquidez. Entre os ativos líquidos, destacam-se os impostos governamentais já coletados pela rede bancária e ainda não transferidos e os depósitos do Tesouro Nacional no BCB (Conta Única). Entre os ativos com menor grau de liquidez, incluem-se créditos concedidos a instituições financeiras federais, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e aplicações em fundos e programas (Tabela 6).

²⁰ NI Política Fiscal, Q XVII ou SGS 4501 e 4536.

²¹ NI Política Fiscal, Q XVII.

Tabela 6 – Créditos do Governo Geral

	2014		2015	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
1) Créditos Internos	-1.579,5	-27,8	-1.917,5	-32,5
1.1) Disponibilidades do Governo Geral	-674,3	-11,9	-944,8	-16,0
Aplicações da Previdência Social	-0,2	0,0	-0,2	0,0
Arrecadação a Recolher	-2,4	0,0	-5,4	-0,1
Depósitos à Vista	-10,9	-0,2	-9,9	-0,2
Disponibilidades no BCB	-605,9	-10,7	-881,9	-14,9
Aplicações na Rede Bancária Estadual	-54,9	-1,0	-47,4	-0,8
1.2) Créditos a Instituições Financeiras Oficiais	-545,6	-9,6	-567,4	-9,6
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-57,7	-1,0	-52,9	-0,9
Créditos junto ao BNDES	-487,9	-8,6	-514,5	-8,7
1.3) Aplicações em Fundos e Programas	-136,3	-2,4	-154,2	-2,6
1.4) Créditos junto às Estatais	-7,5	-0,1	-7,8	-0,1
1.5) Demais Créditos do Governo Federal	-13,7	-0,2	-16,6	-0,3
1.6) Recursos do FAT na Rede Bancária	-202,2	-3,6	-226,7	-3,8
2) Créditos Externos	-0,4	0,0	-0,1	0,0
1+2) Créditos do Governo Geral	-1.579,9	-27,8	-1.917,6	-32,5

Fonte: BCB

14. O que é a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado?

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)²² consolida o endividamento líquido do setor público não financeiro e do BCB junto ao setor privado (títulos públicos), ao setor financeiro e ao resto do mundo.

É o conceito mais amplo de dívida, pois inclui os governos federal, estaduais e municipais, o BCB, a Previdência Social e as empresas estatais. Em dezembro de 2015, a DLSP totalizava R\$2.136,9 bilhões (36,2% do PIB). A Dívida Líquida do Governo Geral²³ atingiu R\$2.272,2 bilhões (38,5% do PIB), a Dívida Líquida do BCB²⁴ foi negativa (créditos líquidos) em R\$187,6 bilhões (-3,2% do PIB) e a Dívida Líquida das Empresas Estatais²⁵ correspondeu a R\$52,3 bilhões (0,9% do PIB) (Tabela 7). Em junho de 2016, a DLSP totalizava R\$2.529,7 bilhões (42,0% do PIB). A Dívida Líquida do Governo Geral atingiu R\$2.627,1 bilhões (43,6% do PIB), a Dívida Líquida do BCB foi negativa (créditos líquidos) em R\$152,1 bilhões (-2,5% do PIB) e a Dívida Líquida das Empresas Estatais correspondeu a R\$54,7 bilhões (0,9% do PIB).

²² NI Política Fiscal, Q IX ou SGS 4478 e 4513.

²³ NI Política Fiscal, Q XVII ou SGS 4501 e 4536.

²⁴ NI Política Fiscal, Q XVII ou Séries Especiais – Dívida Líquida e Bruta do Governo Geral – DLSP (metodologia vigente a partir de 2008).

²⁵ NI Política Fiscal, Q XVII ou Séries Especiais – Dívida Líquida e Bruta do Governo Geral – DLSP (metodologia vigente a partir de 2008).

Tabela 7 – Dívida Líquida do Setor Público

	2014		2015	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Líquida do Governo Geral	1.916	33,7	2.272	38,5
(+) Dívida Líquida do BCB	-72	-1,3	-188	-3,2
(+) Dívida Líquida das Estatais	39	0,7	52	0,9
Dívida Líquida do Setor Público	1.883	33,1	2.137	36,2

Fonte: BCB

15. Como a relação DLSP/PIB se comportou recentemente?

A série histórica da relação DLSP/PIB iniciou-se em dezembro de 2001 e atingiu seu valor mais alto em setembro de 2002 (62,4%), mantendo-se em trajetória declinante até 2013. Em 2014, quando registrou-se *deficit* primário – o primeiro da série histórica anual iniciada em 2002 – a relação DLSP/PIB elevou-se em relação ao ano anterior, movimento mantido no ano seguinte. Em junho de 2016 a relação DLSP/PIB alcançou 42,0%.

Gráfico 4 – Dívida Líquida do Setor Público (até jun/16)

Fonte: BCB

A Tabela 8 apresenta os principais fatores condicionantes²⁶ da DLSP em 2014 e 2015. Pode-se observar que a variação da DLSP em 2015 correspondeu a 3,1% do PIB. Contribuíram para essa elevação os juros nominais apropriados, com 8,5 p.p. do PIB; a valorização cambial, com -6,5 p.p.; a variação de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, com 0,4 p.p.; e o *deficit* primário, com 1,9 p.p.. Esses valores foram compensados, parcialmente, pelo efeito do crescimento do PIB nominal, que contribuiu com 1,2 p.p.

²⁶ NI Política Fiscal, Q VII ou Séries Especiais – Fatores Condicionantes da DLSP.

Tabela 8 – Fatores Condicionantes para a Evolução da DLSP

	2014		2015	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
DLSP - Variação Acumulada no Ano	256,8	2,5	253,7	3,1
Fatores Condicionantes	256,8	4,5	253,7	4,3
NFSP	343,9	6,0	613,0	10,4
Primário	32,5	0,6	111,2	1,9
Juros Nominais	311,4	5,5	501,8	8,5
Ajuste Cambial	-96,1	-1,7	-385,7	-6,5
Dívida Interna Indexada ao Câmbio	-2,8	0,0	-16,6	-0,3
Dívida Externa - Metodológico	-93,2	-1,6	-369,2	-6,3
Dívida Externa - Outros Ajustes	12,5	0,2	21,8	0,4
Reconhecimento de Dívidas	-3,5	-0,1	4,6	0,1
Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0
Efeito Crescimento PIB - Dívida		-2,0		-1,2
PIB acumulado no ano em valores correntes	5.687,3		5.904,3	

Fonte: BCB.

16. O que é a Dívida Fiscal Líquida?

O BCB calcula a Dívida Fiscal Líquida a partir dos dados de DLSP, excluindo os efeitos de ajustes metodológicos e patrimoniais. Esses ajustes são efetuados para retirar dos fluxos correntes valores que não representam esforço fiscal despendido durante o período em análise e que não podem ser considerados no cálculo das necessidades de financiamento do setor público.

O ajuste metodológico representa a variação da dívida decorrente do impacto da variação da taxa de câmbio sobre a dívida externa líquida²⁷ e sobre a parcela da dívida interna indexada ao câmbio²⁸.

Já os ajustes patrimoniais²⁹ englobam o reconhecimento de dívidas do setor público geradas no passado ("esqueletos") e que já produziram impacto macroeconômico. Como esses passivos representam *deficits* já ocorridos, seu reconhecimento não traz impacto no cálculo de necessidades de financiamento do período, mas passam a integrar o saldo da dívida líquida total, impactando o estoque e o serviço da dívida. De forma análoga também são excluídos do cômputo da dívida fiscal líquida os efeitos do processo de privatização de empresas (receitas de venda e transferências de dívidas para o setor privado)³⁰.

²⁷ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10822 e 10828.

²⁸ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10824 e 10830.

²⁹ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10821 e 10827.

³⁰ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10820 e 10826.

Pela Tabela 9 podemos confirmar que, em dezembro de 2015, o saldo da Dívida Fiscal Líquida³¹ alcançou R\$2.556 bilhões, equivalente a 43,3% do PIB. Em junho de 2016, o mesmo saldo atingiu R\$2.753 bilhões, equivalente a 45,7% do PIB.

Tabela 9 – Dívida Fiscal Líquida e Dívida Líquida do Setor Público

	2014		2015	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Fiscal Líquida	1.942,6	34,2	2.555,6	43,3
(+) Ajuste Metod. Dívida Interna	104,0	1,8	87,5	1,5
(+) Ajuste Metod. Dívida Externa	-187,7	-3,3	-535,1	-9,1
(+) Ajuste Patrimonial	100,3	1,8	104,9	1,8
(+) Ajuste de Privatização	-76,0	-1,3	-76,0	-1,3
Dívida Líquida do Setor Público	1.883,1	33,1	2.136,9	36,2

Fonte: BCB.

A diferença entre o estoque de dívida fiscal líquida em dezembro de 2014 (R\$1.942,6 bilhões) e o estoque de dívida fiscal líquida em 2015 (R\$2.555,6 bilhões) correspondeu às necessidades de financiamento do setor público ou resultado fiscal nominal do período (R\$613,0 bilhões). Ou seja, a variação absoluta da dívida fiscal líquida em um período é igual ao *deficit* nominal do setor público consolidado no mesmo período.

17. O que é a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e qual a sua composição por emissor?

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)³² é o estoque de títulos em mercado emitidos pelo Tesouro Nacional, e alcançava R\$2.650,2 bilhões em dezembro de 2015 e R\$2.837,9 bilhões em junho de 2016. Cabe observar que o artigo 34 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101), de maio de 2000, vedou a emissão de títulos da dívida pública pelo BCB a partir de 2002.

18. Qual a composição da DPMFi por indexador?

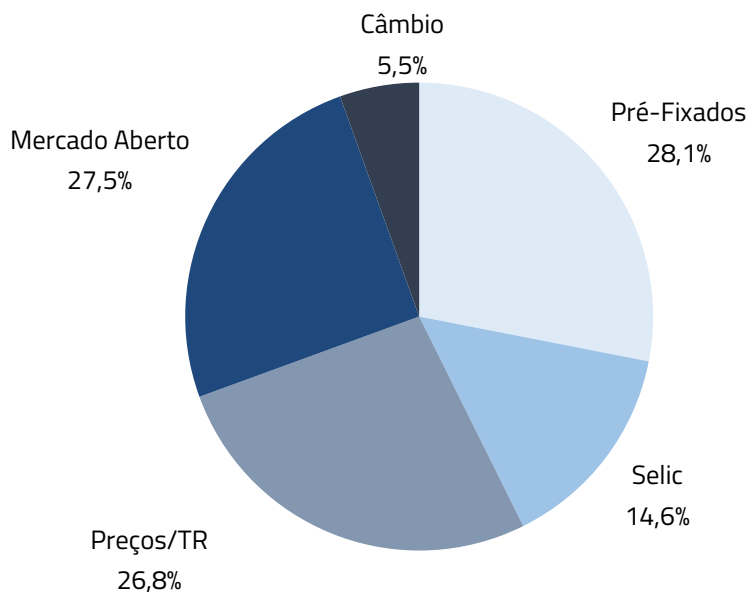
Em junho de 2016, incluindo na dívida cambial os instrumentos derivativos em câmbio (*swap* cambial), 14,6% da DPMFi estavam indexados à taxa Selic, 5,5% ao câmbio, 26,8% a índices de preços ou TR e 28,1% eram títulos prefixados (Gráfico 6)³³. O Gráfico 7 apresenta a evolução da DPMFi por indexador desde março de 2000, posição de custódia, explicitando operações de mercado aberto realizadas pelo BCB (valores positivos indicam financiamento tomado pelo BCB).

³¹ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10825 e 10831.

³² NI Política Fiscal, Q XXXVI ou SGS 4154.

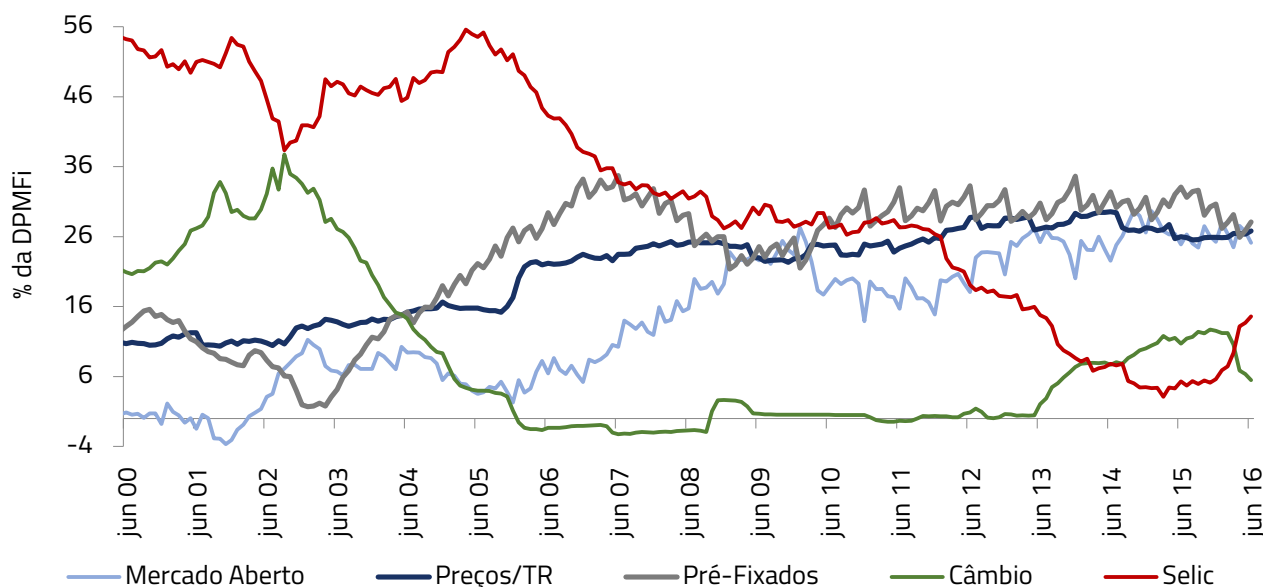
³³ NI Política Fiscal, Q XXXVIII ou Séries Especiais – Dívida Mobiliária Federal – Estoque, Perfil de Vencimentos e Participação por Indicador.

Gráfico 6 – Composição da DPMFi por Indexador com *Swap* Cambial (jun/16)



Fonte: BCB.

Gráfico 7 – Evolução da Composição da DPMFi por Indexador (até jun/16)



Fonte: BCB.

19. Qual o significado da taxa implícita?

A DLSP é composta de passivos e ativos com diferentes taxas de remuneração. Por exemplo, a base monetária tem custo zero, a dívida mobiliária doméstica é remunerada por diferentes indexadores e a dívida externa tem remuneração atrelada ao custo de captação no exterior. Assim, a taxa implícita representa a média das taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos da DLSP. Em 2015, a taxa implícita³⁴ sobre a DLSP correspondeu a 29,7%.

³⁴ NI Política Fiscal, Q XIV ou Séries Especiais – Taxa de Juros Implícita.

Mais Informações sobre Indicadores Fiscais

20. Como posso saber mais sobre indicadores fiscais?

O BCB divulga mensalmente a "[Nota para a Imprensa de Política Fiscal](#)", com os últimos dados fiscais do setor público. Além do texto resumo, a Nota para a Imprensa apresenta uma série de quadros com os indicadores fiscais mais recentes e de períodos anteriores, para efeitos de comparação.

Outra fonte de consulta para os dados fiscais é a publicação "Resultado do Tesouro Nacional", divulgada mensalmente na [página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet](#). O Tesouro também disponibiliza na internet diversos relatórios sobre execução fiscal, além de documentos sobre a trajetória recente da dívida pública.

Para encontrar as séries de dados e atualizar os gráficos e tabelas apresentados neste documento, pode-se recorrer às [séries temporais disponíveis na página do BCB na internet](#), em seleção por assunto ⇒ Finanças Públicas ou seleção por código, utilizando os números indicados nas notas de rodapé deste texto.

O BCB também disponibiliza [planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos](#). Os indicadores fiscais encontram-se no Capítulo IV – Finanças Públicas. Além disso, existe [base de dados específica em planilha Excel para diversos indicadores fiscais](#), em Tabelas Especiais.

Finalmente, para aqueles interessados em aprender mais sobre a metodologia de cálculo dos indicadores fiscais divulgados pelo Banco Central, encontra-se disponível para consulta o "[Manual de Estatísticas Fiscais](#) publicadas pelo Departamento Econômico do Banco Central" na página do BCB na internet.